

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FERNANDA NART COLOMBO

**GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE
CRICIÚMA**

CRICIÚMA
2019

FERNANDA NART COLOMBO

**GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE
CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do grau de Bacharel no curso de
Ciências Contábeis da Universidade do Extremo
Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof. (a) Dr. Sílvio Parodi Oliveira
Camilo

CRICIÚMA

2019

FERNANDA NART COLOMBO

**GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE
CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE
CRICIÚMA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Financeira.

Criciúma, 02 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Sílvio Parodi Oliveira Camilo - Doutor - (Unesc) - Orientador

Prof. Sérgio Mendonça da Silva - Mestre - (Unesc) - Examinador

Prof. Manoel Vilson Menegali -Mestre - (Unesc) - Examinador

Dedico este trabalho a Deus e, em especial, aos meus pais e namorado, que, incansavelmente, me incentivaram na realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus, por me permitir estar nos locais que eu precisava para compreender os temas abordados neste trabalho mesmo que isso tenha sido doloroso. Ele, em sua infinita bondade, me deu força, saúde e coragem para prosseguir, fazendo-me crer que “Tudo posso naquele que me fortalece” Filipenses 4:13.

Agradeço em especial aos meus pais Osvaldir e Rudegene, que passaram não somente estes quatro anos e meio, mas, uma vida, me apoiando sem medir esforços para estar onde for preciso para me incentivar. Sem dúvida, dois anjos em minha vida.

Agradeço ao Gustavo, por ser compreensivo em minhas faltas e por me incentivar na busca do meu sonho, sempre movendo o necessário para melhor me ajudar. A ele, muito carinho e gratidão.

Devo gratidão à Intuição Satc, em especial a Franciele e Miguel, que me ensinaram muito a respeito da contabilidade de Terceiro Setor, bem como a oportunidade e confiança no meu trabalho enquanto estive lá. Agradeço também aos demais colegas da contabilidade, departamento pessoal / recursos humanos e informática, que contribuíram em cada pedaço da minha história e essência.

Por fim, agradeço aos meus amigos, Milene, Elaine e Karen, que sempre estiveram ao meu lado. Ao querido professor orientador Sílvio Parodi, por me instruir neste projeto delineando da sua melhor forma e ao pessoal do Bairro da Juventude, que me recebeu de forma acolhedora e me ensinou que fazer aquilo que gostamos (contabilidade) podendo ajudar ao próximo torna nossa vida mais significativa.

“O mais nobre projeto que uma pessoa pode executar é ajudar o próximo.”

Wallas Nunes

GOVERNANÇA NO TERCEIRO SETOR: UMA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARÊNCIA PARA UMA ENTIDADE FILANTRÓPICA DE CRICIÚMA

Fernanda Nart Colombo¹

Sílvio Parodi Oliveira Camilo²

RESUMO: A governança das organizações tem sido moldada com base nos princípios de *Fairness*, *Disclosure*, *Accountability* e *Compliance*. Embora desenvolvida nas corporações, vê-se avanço de suas práticas em instituições organizacionais de natureza diversas. É do interesse do presente estudo dar atenção aos princípios da Transparência e da Prestação de contas em uma Entidade de Terceiro Setor (TS). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral elaborar uma proposta de prestação de contas para uma Instituição filantrópica de Criciúma. A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, com estratégia de investigação ampla em sítios informacionais de organizações brasileiras do terceiro setor. Fez-se uso da técnica de entrevista e exame documental para, conjugado a buscas em sítios divulgacionais, elaborar proposição de um modelo possível de adesão. Os levantamentos preliminares apontaram para imaturidade das organizações que integram o setor no pertinente a forma de transparecer e prestar suas contas a comunidade externa. Essa evidência é baseada na análise de 60 instituições de Terceiro Setor no Brasil e em outros países, o qual ficou evidente a falta da prestação de contas analítica e, igualmente, de natureza simplificada. O levantamento de campo identificou somente demonstrações contábeis sintéticas, como o Balanço Patrimonial e Demonstrativo Resultado Exercício, em algumas organizações do TS. A proposta considera que, a organização objeto de instituição de natureza privada com finalidade pública, com foco na captação de recursos, seja por parcerias ou editais abertos, ao transparecer e prestar contas do uso de recursos pode torná-la mais confiável e, com isso, propiciar maior poder de captação.

PALAVRAS – CHAVE: Terceiro Setor. Prestação de contas. Governança Corporativa.

AREA TEMÁTICA: Tema 01 – Contabilidade Financeira.

1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa tem seu início pautado em meio a relações conflituosas que necessitaram de uma estrutura capaz de facilitar o desempenho organizacional, bem como sua gestão nas decisões e o fácil acesso das informações pelos principais interessados, preservando de forma equitativa as relações comerciais Oliveira (2015).

¹ Acadêmico da curso de Ciências Contábeis da UNESC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

² Pós-doutor em Ciências Contábeis (UFSC), Doutor em Administração (UNIVALI), Mestre em Administração (PUCRS), Especialista em Finanças das Empresas (UFRGS), Graduação em Ciências Contábeis (UNISINOS), em Administrador de Empresas (FAPCCA), em Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS) e em Ciências Econômicas (UNISUL).



Para que haja eficiência e credibilidade nos processos organizacionais, os princípios por meio de práticas Governança vêm se estabelecendo como excelente instrumento de gestão capaz de impulsionar resultados promissores em diversos segmentos, portes ou natureza jurídica em que for implantado, abrangendo desde órgãos públicos, empresariais ou instituições de terceiro setor.

Essas práticas são classificadas como *Fairness*, *Disclosure*, *Accountability* e *Compliance* (ANDRADE; ROSSETTI, 2014). O *Fairness* trata do senso de justiça e a equidade com relação aos sócios participantes da empresa, possuindo tratamentos iguais perante as ações e resultados empresariais caso ela adote a divisão do lucro. O *Disclosure* ou transparência, de acordo com o IBGC (2015) diz respeito a disponibilizar aos interessados principalmente *stakeholders* as informações relevantes aos negócios, abrangendo todos os fatores positivos ou não, e que contemplem não apenas as informações impostas pelas leis, mas de fato um informativo dos recursos recebidos e aplicados. Já a *Accountability*, ou Prestação de Contas, vem como um complemento do *Disclosure*, visto que os agentes de governança devem prestar contas de seus atos perante as ações realizadas na instituição de forma clara, concisa e tempestiva, responsabilizando-se por toda e qualquer ação omitida ou ludibriada.

Seguindo todos os princípios citados acima, fica mais contundente a realização da *Compliance*, na qual a organização deve respeitar todas as leis e normas intituladas pela empresa, zelando pelos valores e atuando as inconformidades.

A adoção dessas práticas de Governança se tornou substancial às instituições de diversos setores, pois seguindo todos 4 princípios de governança ou pelo menos alguns desses princípios, a empresa está resguardando sua imagem e aumentando credibilidade ao transparecer suas informações.

Pelo fato de sua grande aplicabilidade e repercussão, seus pilares foram implantados não somente em empresas privadas, classificadas de Segundo Setor – Organizações não governamentais com fins lucrativos - como também foi reproduzida no Primeiro Setor – Empresas Públicas, ou organizações governamentais sem fins lucrativos - e no Terceiro Setor existindo uma grande aderência das partes, tendo resultados tão positivos quanto no Segundo Setor.

Como Terceiro Setor, estão enquadradas pessoas jurídicas de direito privado, não governamentais e sem fins lucrativo, que recebem por meio de parcerias, convênios ou doações, os recursos necessários para manutenção do bem-estar social.

Para que haja a situação descrita acima, mantendo uma relação de boas práticas entre as partes correlatas também no Terceiro Setor, é preciso que as organizações fundamentem suas ações observando os princípios da Governança. Oliveira (2015)

Considerando esse contexto, com relação a essas instituições e princípios citados, destacam-se a Transparência (*Disclosure*) e Prestação de Contas (*Accountability*), que as permitem prestar contas dos recebimentos e investimentos das quantias recebidas como forma de retratar as devidas destinações e evitar possíveis fraudes.

Assim sendo, formula-se a seguinte questão de pesquisa: Qual o modelo de prestação de contas e transparência é mais aderente a uma empresa do terceiro setor de acordo com os princípios e valores de governança?

Por esse motivo, como forma de estudar e aplicar os conceitos descritos, o trabalho tem como objetivo geral propor uma estrutura de prestação de contas para a



transparência dos recursos recebidos pelo Bairro da Juventude (BJ). Para atingir o objetivo geral, apresentam-se como objetivos específicos estudos sobre as fontes de recursos recebidas pela instituição e sua destinação, analisar como o Bairro da Juventude presta as informações atualmente de suas ações, bem como o estudo de modelos de prestação de contas e transparência adequado à instituição, implantando os pilares da governança.

O Bairro da Juventude é uma Instituição de Ensino do Terceiro Setor na área de Educação, que possui como intuito auxiliar crianças e jovens por meio de uma educação de qualidade desde o ensino básico ao técnico profissionalizante e que necessita de doações e parcerias para subvencionar seus projetos, que atualmente não possui um modelo estruturado de prestação de contas e transparências a seus interessados.

Com este estudo, pretende-se analisar como as organizações de terceiro setor lidam com os princípios de governança, como forma de propor um modelo de prestação de contas e transparência para o Bairro da Juventude, a fim de que a sociedade possa conhecer de onde vem e como são distribuídos tais recursos para projetos desta instituição com a finalidade de aumentar a entrada de investimentos financeiros, beneficiando um maior número de crianças e adolescentes carentes.

Portanto, o trabalho traz grandes considerações com relação à Governança aplicada a Terceiro Setor, sendo comprovada a partir do estudo de caso aplicado no Bairro da Juventude, abrindo as portas para implantação da Governança como forma de iniciar outros programas alicerçados a Governança Corporativa, possuindo uma melhor administração dos recursos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados os fundamentos teóricos que apoiam o desenvolvimento acerca do tema Governança nas organizações. As discussões compreendem as instituições de terceiro setor e o *disclosure* apresentado por essas empresas.

2.1 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança Corporativa tem seu surgimento pautado em meados da década de 1980 e 1990, quando empresas norte-americanas sofriam diversos escândalos por fraudes, manipulações de ações e conflitos entre sócios, gerando um grande desconforto dos potenciais investidores, que necessitavam de um mecanismo hábil capaz de transparecer as ações da empresa passando maior segurança aos interessados (LODI, 2000).

Seguindo esse pensamento, o Brasil passou por uma grande adaptação com relação ao mercado de capitais, necessitando modernizar seus processos gerenciais visando tornar-se mais atraente aos investidores, tendo como resposta um movimento de melhores práticas de governança, que teve como marco a criação do IBGC em 1995, estabelecendo assim a Governança Corporativa no Brasil (SILVA, 2012).

Nesse sentido, a Governança Corporativa se desenvolveu como um conjunto de práticas com o desígnio de potencializar as ações da empresa, preservando investidores, credores, empregados e viabilizando o acesso ao capital (SILVA, 2006).

Para o IBGC (2015), a Governança Corporativa é o sistema o qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, funcionando como um grande elo entre as



partes envolvidas e os investidores, tendo como finalidade primordial aumentar o valor da sociedade, viabilizando acesso ao capital e perenidade da empresa.

Nessa perspectiva, Andrade e Rossetti (2014) apresentam uma forma simplificada sobre Governança Corporativa, como se demonstra por meio do quadro 1:

Quadro 1 - Conceitos de governança corporativa: uma tentativa de síntese.

Da diversidade à Síntese	Expressões- chave e conceito alternativos	
Abrangência e diversidade das categorias conceituais	VALORES	Sistemas de valores que rege as corporações, em suas relações internas e externas
	DIREITOS	Sistema de gestão que visa preservar e maximizar o máximo retorno total de longo prazo dos proprietários, assegurando justo tratamento ao minoritários e a outros grupos de interesse.
	RELAÇÕES	Práticas de relacionamento entre acionistas, conselhos e direção executiva, objetivando maximizar o desempenho da organização.
	GOVERNO	Sistema de governo gestão e controle das empresas que disciplina suas relações com todas as partes interessadas em seu desempenho.
	PODER	Sistema e estrutura de poder que envolve a definição da estratégia, as operações, a geração de valor e a destinação dos resultados.
	NORMAS	Conjunto de instrumentos, derivados de estatutos legais e de regulamentos que objetiva a excelência da gestão e a observância dos direitos de stakeholders que são afetados pelas decisões dos gestores.
Uma tentativa de síntese conceitual	<p>Partindo de uma concepção que define sua abrangência, a governança corporativa é um conjunto de princípios, propósitos, processos e práticas que rege o sistema de poder e os mecanismos de gestão das empresas, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Propósitos dos proprietários. - Sistema de relações proprietários - conselho - direção. - Maximização do retorno total dos proprietários, minimizando oportunismos conflitantes com este fim. - Sistema de controle e de fiscalização das ações dos gestores. - Sistemas de informações relevantes e de prestação de contas às partes interessadas nos resultados. - Sistemas guardião dos ativos tangíveis e intangíveis das Companhias. 	

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Andrade e Rossetti (2014, p. 141).

Ainda para a Bovespa, a governança corporativa atua como um conjunto de mecanismos de incentivo e controle, assegurando que todas as decisões tomadas baseando-se nos objetivos futuros, alcancem suas metas estratégicas criando valor para todos os interessados e estabelecendo uma relação de respeito mútuo entre as partes.

Dessa forma, levando em consideração as múltiplas conceituações trazidas pelos autores, é notável que a partir da governança de modo geral, é possível estabelecer padrões de qualidade, fomentando mecanismos que transpareçam as ações tomadas por gestores na empresa como forma de primar pelos valores empresariais e dos investidores, criando maior credibilidade para as ações.



Para manter esse padrão e minimizar os conflitos existentes, faz-se necessário que as organizações possuam um órgão responsável pela manutenção da governança, também chamado de Conselho de Administração (DESCONCI, 2007).

O Conselho de Administração é um órgão guardião dos interesses organizacionais, ou seja, é dotado de poderes emanados da Assembleia Geral e que assumem a função de zelar pela propriedade e direito dos investidores, atuando de forma a reduzir conflitos e aumentar a transparência das operações (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

Segundo Silveira (2002), a atuação desse princípio é de suma importância, uma vez que atua como mecanismo de defesa dos gestores, assumindo um grande papel na atração de capitais para movimento da organização.

Ainda, para Prevedello, Grabner e Silva (2005, p.10):

Ter uma boa administração facilita o estabelecimento de ações sociais pela companhia. A governança corporativa veio com o intuito de aliar boas práticas administrativas com conceitos cada vez mais consistentes de conduta ética, equidade de tratamento de todos os envolvidos e transparência da condução de ações da empresa.

Pensando dessa maneira, as boas práticas de Governança estabelecidas pelos manuais como o IBGC estão estabelecidas sobre um tripé, também chamado dos 3 pilares de sustentação, conhecidos como transparência, prestação de contas e equidade (OLIVEIRA, 2015).

2.2 PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA

A literatura que investiga essa temática sugere que adoção dos pilares que sustentam os valores da organização e o compromisso com os relacionamentos da empresa com a sociedade e seus demais stakeholders, são essenciais para uma boa governança.

Embora sustentada nos três pilares primordiais, a governança possui outros princípios e valores que norteiam e dão sustentação, unindo convicções para conduzir as melhores práticas de governança corporativas, que se destacam como, *Disclosure*, *Fairness* ou *Equity*, *Accountability* e *Compliance* (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

O *Disclosure* também traduzido como Transparência, conforme cita o autor Silva (2012), trata da “Obrigação de informar”, ou seja, transmitir informações à Administração da empresa, bem como seus sócios e sociedade interessada em geral.

Dessa forma, ao aplicar esse princípio na organização, as empresas mantêm uma boa comunicação interna e externa, tornando suas ações cada vez mais transparentes, transmitindo uma relação de confiança maior aos interessados.

Vale ressaltar que essa comunicação não deve estar restrita somente às questões ligadas à performance econômico-financeira da instituição, mas também a contingências não inclusas no balanço patrimonial, bem como os preceitos contábeis e normas aplicadas na empresa como um todo, que, de certa forma, alteram os rumos financeiros que muito interessam aos envolvidos (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

De modo geral, exprimindo melhor esse princípio, o IBGC (2015) trata o *Disclosure* como o desejo de apresentar aos interessados informações que sejam do seu interesse, designando uma relação de transparência que vai além da obrigatoriedade disposta em leis ou regulamentos.



O *Fairness* ou *Equity*, também conhecido como senso de justiça, em consoante com Andrade e Rossetti (2014), diz respeito ao tratamento justo e igualitário para com todos os acionistas ou sócios, não permitindo que ocorram atitudes ou políticas discriminatórias, diminuindo, ou denigrando qualquer outro sócio minoritário ou majoritários no que tange à riqueza corporativa ou o resultado de operações.

Ainda dessa forma, primando pela igualdade dentre todos, as remunerações dos sócios são discutidas pelo Conselho de Administração, devendo estar expostas a toda sociedade, a fim de que não haja conflito entre as partes, zelando pela equidade.

Accountability, do português Prestação Responsável de Contas, é caracterizada por Silva (2012) como o procedimento pelo qual os agentes de governança devem prestar contas de todas suas execuções e atitudes para quem os elegeu, respondendo integralmente por todos os atos ilícitos cometidos durante seu mandato.

Para Andrade e Rossetti (2014), a prestação de contas está baseada nas melhores práticas contábeis e de auditoria, pois exige dos responsáveis, uma revisão detalhada sobre a real posição financeira da empresa e suas ações para amenizar os problemas existentes a fim de corrigi-los com maior transparência.

A *Compliance* significa conformidade legal quanto ao cumprimento das normas reguladoras, que estão disponibilizadas em estatutos, normas, regimes internos e nas leis vigentes no país (ANDRADE; ROSSETTI, 2014).

Muitas empresas estão aderindo a esse princípio justamente para acompanhar as relações empresarias seja entre sócios, acionistas ou empregados.

É importante lembrar que este princípio não deve ser tratado como um modismo, e, sim, como uma ferramenta capaz de regular as ações de um determinado grupo que possui relação direta com a organização. Desta forma, para o IBGC (2017), a *compliance* está estritamente ligada à coerência naquilo que se espera de uma organização, no sentido de respeito a regras e valores principais que representam a personalidade organizacional e o que de fato a empresa pratica diariamente

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR

Nesta seção, serão apresentadas as características do Terceiro Setor, bem como a transparência e a prestações de contas das organizações pertencentes.

2.3.1 Características do Terceiro Setor

Ao abordarmos questões econômicas, podemos dividir o Estado em três setores da Economia, ou como cita Najam (1996), em três metáforas: o Príncipe, tratando das relações do Primeiro Setor, Mercador, intitulado o Segundo Setor e o Cidadão, correspondendo ao último e Terceiro Setor.

O Primeiro Setor, também chamado de Estado, é formado por organismos estatais considerados como público, que possui como objetivo representar os interesses da nação devido a sua autoridade legítima (NAJAM, 1996).

O Segundo Setor é caracterizado pelas principais atividades econômicas privadas, atuando em benefício próprio, com o objetivo fundamental de lucro (NEVES, 2018).

O Terceiro Setor - TS por sua vez, atua em um âmbito diferente dos demais, pois, embora possua uma ligação direta com os dois setores, apresentando características de uma organização privada sem fins lucrativos, seu objetivo maior é

proporcionar qualidade de vida social em vários âmbitos onde as mazelas sociais afrontam cotidianamente a população.

Abaixo, segue um quadro que referencia de modo resumido a classificação e finalidade por setor.

Quadro 2 - Setorização por finalidade.

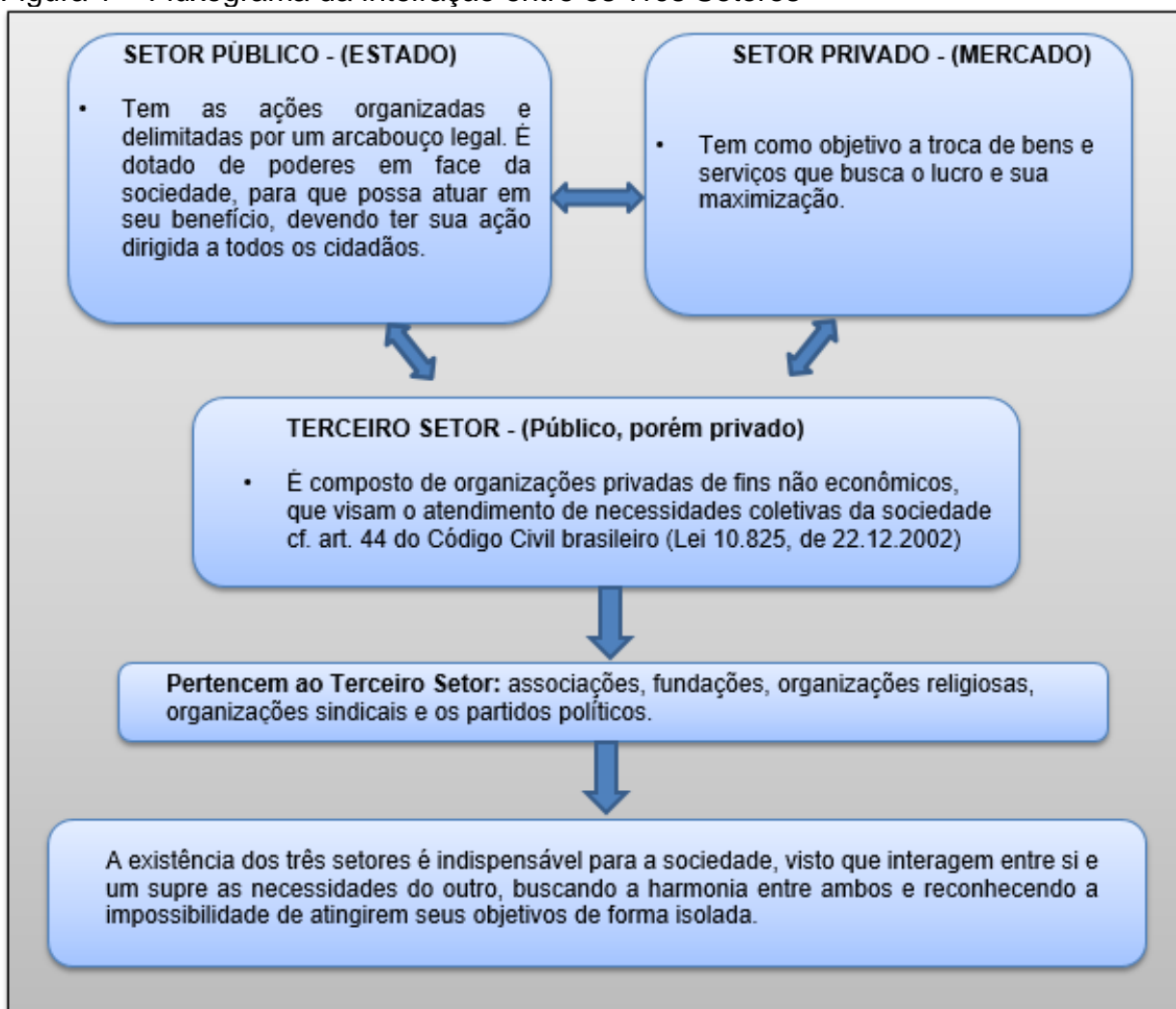
SETOR	AGENTES	FINALIDADE
Estado	Públicos	Pública
Mercado	Privados	Privada
Terceiro Setor	Privados	Pública

Fonte: elaborado pela autora adaptado de Fernandes (1994).

Dessa maneira, o quadro destaca a forma como o TS é caracterizado, abrangendo uma ligação dependente dos outros setores.

Ainda sobre essa interação entre os setores, Machado (2010) possui um fluxograma que representa bem tal situação:

Figura 1 – Fluxograma da interação entre os Três Setores



Fonte: elaborado pela autora adaptado de Machado (2010).



Dessa maneira, as empresas intituladas terceiro setor vêm assumindo um desfecho primordial na sociedade, principalmente devido ao fato de que o Estado vem mostrando-se ineficiente com relação a algumas de suas funções na área social e educacional (COELHO, 2000).

Para Nunes (2006), o Terceiro Setor é caracterizado como uma organização de origem privada, que possui autonomia e que apesar dessa característica, não possui fins lucrativos, pelos quais, os objetivos essenciais são a promoção do bem social.

Ainda para Hudson (1999), o Terceiro Setor consiste em organizações ou entidades filantrópicas, cujo objetivo acima de tudo é o social e não econômico. Sua essência compreende entidades, associações, ONG's que visam à prestação de serviço social em promoção ao bem comum.

Nesse contexto, as Organizações TS possuem ações que são revertidas à manutenção da vida social em amparo dos direitos difusos ou emergente, que, por vezes, vem suprimindo as lacunas deixadas pelo setor público.

Por essa razão, visando perfazer tal necessidade do primeiro setor é que essas instituições garantem sua isenção ou imunidade perante a Constituição Federal Brasileira, sendo dispensadas do pagamento de determinados tributos, garantidos pelo Código Tributário Nacional em seu Artigo 150, no parágrafo VI alínea "d".

Para mais, dentre essa ocasião, para usufruírem desse direito, devem cumprir ainda as exigências no artigo 14 do Código Tributário Nacional:

- I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II - Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- III - Escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (BRASIL, 1966).

Baseando-se na legislação exposta pelo Código Tributário, essas instituições necessitam cumprir os itens predispostos para atender os requisitos filantrópicos e, assim, manter sua essência de organização não governamental voltada à filantropia.

Dessa maneira, atendendo a legislação, essas instituições necessitam captar recursos de terceiros como doações de modo a perpetuar as ações sociais e expandir o recebimento de recursos financeiros.

Ainda como forma de angariar recursos e perenizar a sua continuidade, essas instituições necessitam exercer dois princípios de Governança Corporativa, que dizem respeito à transparência de suas ações e à prestação responsável de contas.

2.3.2 Transparência e Prestação de contas em uma Entidade de Terceiro Setor

A transparência das informações no Brasil foi um processo muito lento, porém, gradativo, que ganhou forças em todas as empresas em Novembro de 2011, mas, em especial, em organizações de Terceiro Setor, que necessitam informar suas ações realizadas em prol da sociedade.

De um modo total, de acordo com a Controladoria Geral da União (GCU, 2015), a transparência é uma forma moderna de divulgação das informações a toda população brasileira, fortalecendo os laços de democracia do povo ao inteirar-se sobre as despesas realizadas e receitas recebidas das determinadas instituições.

Diante disso, a Lei 12.527/2011 em seu artigo 2º, define:

Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres (BRASIL, 2011).

Pode-se interpretar o artigo de lei supramencionado que tais obrigações compreendem a prestação de contas de organizações TS. Pois, independentemente da atividade desenvolvida ou do porte, essas organizações devem prestar contas de seus atos principalmente quando recebem recursos de órgãos governamentais para manter suas ações sociais.

Muitas instituições filantrópicas se preocupam com os custos da implantação de métodos para transparecer suas informações. Isso pode estar associado ao receio em demonstrar suas movimentações econômicas e financeiras, e por essa razão decidem por não investir em processos internos que propiciam a transparência. Vale ressaltar que, com o passar do tempo, as organizações de Terceiro Setor vêm percebendo que para atrair mais recursos, é preciso investir na nitidez de suas ações sociais, motivando novos investidores a contribuírem para o bem social (FALCONER, 1999).

Conforme Board, Sutcliffe e Wells (2002), é desejável que as organizações tenham um elevado nível de *disclosure*, pois, dessa maneira, todo custo mesmo que alto se transformará em progresso frente à sociedade. Dessa forma, as instituições são movidas a prestar contas que devem englobar dois tipos: A prestação de contas financeira e a não financeira.

Para Oliveira (2015), a prestação de contas financeira está relacionada à forma de destinação dos valores recebidos bem como a distribuição e o uso desses recursos. Por outro lado, a não financeira corresponde a relatórios de progresso no que tange às atividades sociais, detalhando a origem do recebimento e de forma meticulosa para quem se destinou tal ação.

Sendo assim, de acordo com a resolução do CFC 1.409/2012, podemos citar Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Período, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa como enquadrados na modalidade financeira de detalhar a situação da instituição (CFC, 2012).

Por outro lado, as não financeiras, são conhecidas como Relatório de Gestão, que reúne o Relatório da Administração e as Notas Explicativas evidenciando as ações realizadas e os métodos de avaliação para cada item (SANTOS; DUQUE; ALVES, 2016).

Por meio dos conceitos apresentados acima, o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (FRANÇA, 2015) resumidamente apresenta os elementos que devem constar em uma prestação de contas, mantendo o objetivo principal que é avaliar o desenvolvimento e o desempenho da organização bem como dos projetos e estudar a eficiência da aplicação dos recursos financeiros.

Quadro 3 - Principais elementos para prestação de contas em entidades de Terceiro Setor.



ELEMENTOS	CARACTERÍSTICAS
Plano de Trabalho	Relatório com as ações previstas, evidenciando os objetivos, origem do recurso, projetos, programas e benefícios, constando o público-alvo, a capacidade de atendimento e a forma de participação dos beneficiários.
Relatório de Atividades	Devem constar as atividades do plano de trabalho executadas em determinado período.
Demonstrações Contábeis	O Balanço Patrimonial; Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Social; Demonstração da Origem e Aplicações dos Recursos; Notas explicativas, são demonstrações importantes para representar a realidade financeira da organização.
Informações Bancárias	Apresentação dos dados das contas da organização ou extratos bancários (conta corrente e aplicação) acompanhados das respectivas conciliações.
Inventário Patrimonial	Relação de todos os bens patrimoniais, móveis e imóveis, em poder da instituição ou de terceiros com identificação e características do bem, data e forma de incorporação ao patrimônio, localização e valor individual.
Declaração de Informações Econômico-Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ)	Conhecida como a declaração de isenção do imposto de renda, a DIPJ é exigida para verificar o cumprimento das obrigações acessórias para ter direito ao benefício, seja ele imunidade ou isenção
Relação Anual de Informações Sociais - RAIS	Deve constar na prestação de contas o seu recibo. Caso a empresa ainda não possua funcionários, exige-se a RAIS negativa
Parecer do Conselho Fiscal	Esse parecer depende da estrutura administrativa da empresa, caso previsto em seu estatuto. Devendo ter pelo menos três órgãos internos distintos, que no caso das fundações são: um deliberativo (conselho curador); um diretivo (diretoria/superintendência) e um fiscal (conselho fiscal).
Relatório de Auditores Independentes	Deve estar apensada à prestação de contas e tem como objetivo avaliar a eficiência e eficácia das contas das organizações e do seu controle interno.
Convênios, Contrato e Termo de Parceria	Cópias dos convênios, contratos e termos de parcerias realizados com órgãos públicos ou privados acompanhadas ou não de parecer ou documento equivalente do órgão responsável pela fiscalização devem ser anexadas à prestação de contas
SINCOV	Para atendimento a legislação vigente, faz-se necessário que todas as ações de celebração, liberação de recursos, o acompanhamento da execução e a prestação de contas dos convênios sejam realizadas junto ao portal dos convênios do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses, por meio do endereço eletrônico: http://www.convenios.gov.br

Fonte: elaborado pela autora adaptado de França (2015).

É bom frisar que os requisitos apresentados acima podem ser adaptados conforme necessidade para que haja uma transmissão verídica das informações.

Embora as Organizações de Terceiro Setor possuam suas peculiaridades com relação aos demais setores, principalmente no que diz respeito aos incentivos fiscais garantidos pela Constituição Federal Brasileira em seu Código Tributário Nacional Art. 150, estas precisam manter uma contabilidade idônea que atenda às necessidades gerenciais com relação à informação e prestação de contas,



obedecendo às predisposições do Conselho Federal de Contabilidade atendendo a resolução 1.409/2012 (MARTINS,1990).

Para Iudícibus (1997), o *Disclosure* ou a evidenciação está interligada à finalidade da Contabilidade ao garantir informações fidedignas aos vários usuários, dando-lhes ciência sobre suas ações, representando com transparência em todos os aspectos.

Dessa maneira, segundo Connors (2002), é possível medir o sucesso de uma Organização de Terceiro Setor pelo quanto ela beneficiou a sociedade com o recurso disponível e o empenho para tornar os projetos realidade, atingindo sua missão como organização de caráter filantrópico.

Para Milani Filho (2004), é de suma importância que as instituições de Terceiro Setor exponham sua missão, os recursos investidos e distribuídos para a população por meio da prestação de contas, pois dessa forma, ela torna essa informação um convite ao público em geral a participar dos projetos sociais, seja beneficiado ou possibilitando subsídios como doações financeiras.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, será demonstrado no item 3.1 o enquadramento da pesquisa bem como a linha de pensamento utilizada para coleta de dados.

No segundo item, 3.2, serão descritos os procedimentos utilizados como forma de obtenção dos dados para o estudo em questão.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, visto que os dados obtidos das pesquisas e entrevistas serão utilizados como embasamento para criação de um modelo para prestação de contas em uma organização do terceiro setor, levando em consideração os princípios e valores da governança.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa preocupa-se com a realidade não quantificável, motivadas pelas crenças, valores, atitudes, ao contrário da quantitativa. Ainda para Vianna (2001), a pesquisa qualitativa permite que seus dados sejam examinados de maneira indutiva, sem a primazia maior de confirmação de hipóteses, mas de construir abstrações acerca dos dados estudados na proporção em que as informações se inter-relacionam.

Com relação aos objetivos, o estudo é enquadrado como descritivo, visto que tem por finalidade analisar os dois princípios da governança, a transparência e a prestação de contas em uma entidade de terceiro setor, levantar os recebimentos e as aplicações dos recursos no Bairro da Juventude, bem como apresentar um modelo aplicável à instituição deste estudo, como forma de facilitar a transparência dos trâmites financeiros e aumentar o número de investidores.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, conforme Vianna (2001), este estudo deverá utilizar técnicas padronizadas como questionários, observações, documentos e entrevistas, dentre outros meios que viabilizem uma efetiva coleta de dados.

No que se refere aos procedimentos, efetuou-se um Estudo de Caso único sobre o tema apresentado como forma de compreender os fenômenos individuais, os processos organizacionais e as políticas envolvidas da prestação de contas em organizações de terceiro setor.



Conforme Yin (2005), o estudo de caso é uma ferramenta estratégica, pois agrega maior conhecimento e experiência sobre os fenômenos estudados que geralmente são ligados a questões sociais complexas. Além disso, o estudo de caso é classificado também como empírico, no qual por meio deste estudo, será possível testar junto a pesquisas e implantação se as teorias aplicáveis estão condizentes com as práticas implantadas socialmente, em específico, em se tratando de transparência no terceiro setor.

Conforme Yin (2005), o estudo de caso empírico investiga um fenômeno coevo dentro do seu contexto em um âmbito real, buscando comprovar os fatos que, por vezes, na prática, não são claramente definidos.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente, foram analisadas no total, 60 empresas do Terceiro Setor, dos segmentos de assistência social, educação e saúde. Esse levantamento prévio, por meio de buscas em sítios eletrônicos, teve por objetivo identificar como as empresas prestam as suas contas à sociedade. A partir desse levantamento, considerando a natureza das atividades do BJ, foi identificada a legislação concernente à filantropia e seus incentivos fiscais.

No sentido de ampliar os conhecimentos sobre a filantropia, realizou-se uma pesquisa acerca da Lei 12.101/2009, cujo objeto da norma é tratar da certificação das entidades beneficentes de assistência social, bem como das isenções fiscais e benefícios às instituições organizacionais.

Além desse estudo, foi conversado com uma instituição no segmento de educação de terceiro setor distinta do Bairro da Juventude e questionado sobre as questões da prestação de contas, as quais são realizadas apenas as que são obrigatórias, não possuindo uma transparência ao público em geral.

Para realizar os procedimentos de coleta de dados frente à Instituição de estudo, foi aplicado um questionário com 16 perguntas com 3 setores distintos, a fim de captar as informações necessárias à criação do projeto.

O questionário foi aplicado em dois dias separados, a qual, a primeira entrevista foi realizada em 16 de maio, em conversa com a Assistente Social e com o responsável pelo novo setor do Bairro chamado de Projetos. Diante desse primeiro instrumento, foi possível comensurar as formas de prestação de contas externas e/ou por Lei e a forma de captação de recursos.

No segundo momento, em 22 de maio, foi realizada a entrevista junto ao responsável pela Administração Financeira e Contábil da Instituição, o qual explanou de forma financeira e detalhada as informações do Bairro com relação à captação de recursos, contabilização e prestação de contas a órgão competentes, bem como a forma simplificada de prestação de contas. Essa prestação de contas é feita por meio de imagens fotográficas como forma de comprovar a aplicação dos recursos recebidos. Ou seja, não há uma prestação de contas analítica detalhando e comprovando para onde os recursos foram destinados.

Por meio dos dados levantados e a forma com que a empresa organiza suas contas, elaborou-se uma proposta de prestação de contas de recursos recebidos e destinados para divulgação externa. Essa preposição consta melhor descrita a partir da sessão que segue.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS



Esta seção será específica para as análises e resultados obtidos por meio da coleta de dados, bem como para expor a proposição da prestação de contas almejada para a Instituição em questão.

4.1 HISTÓRICO E PROJETOS DO BAIRRO DA JUVENTUDE.

O Bairro da Juventude é uma Instituição filantrópica de Terceiro Setor que foi criada no ano de 1949 por iniciativa do Rotary Clube, a qual, em seu início, era conhecida como SCAN – Sociedade Criciumense de Auxílio aos Necessitados e que a partir de 1975 passou a ser da Comunidade, contando com 25 Entidades e Clubes elegendo o primeiro Conselho Deliberativo.

Hoje, o BJ atende aproximadamente 1,5 mil alunos promovendo a inclusão social, bem como a promoção dos direitos das crianças e dos jovens incentivando a educação solidária, cultura, esporte e profissionalização.

Para que isso ocorra, o Bairro, por meio de suas ações, disponibiliza gratuitamente ônibus que busca as crianças entre as 82 localidades de Criciúma e região e que as trazem novamente após um dia dedicado a atividades extracurriculares.

A Instituição conta com uma escola municipal totalmente independente atuando nas dependências do BJ, porém, a criança que estuda lá tem direito a um contra turno para realização de projetos como coral, cerâmica, esporte, cultura dentre outros que são fornecidos gratuitamente. Além disso, são disponibilizados cursos profissionalizantes na área de Mecânica de Automóveis, Eletroeletrônica, Programador de Computador, Mecânica Geral, Cozinheiro Industrial e Padeiro de Confeiteiro.

A entidade proporciona aos alunos inclusão social, assegurando o pleno exercício da cidadania por meio da educação solidária, cultura, esporte e profissionalização. O Bairro da Juventude visa transmitir valores, compartilhar conhecimentos, criando condições para que se estabeleça a responsabilidade, a educação e a igualdade, e para que isso se consolide, a instituição atua em projetos para melhor atender a todos (BAIRRO DA JUVENTUDE, 2019).

O BJ atua com cerca de 11 projetos, que possuem uma conta específica para arrecadação, oriundas de verbas de Leis de Incentivo, da ajuda de Empresas, e pessoas físicas em geral que possuem conhecimento da importância dessa doação para o nosso futuro, e, por meio disso, passam a apoiar os projetos, campanhas e programas que transformam a comunidade criciumense e demais cidades, recebendo jovens profissionais capacitados para o mercado de trabalho e cidadãos comprometidos com responsabilidade social.

Para manter suas atividades, o Bairro procura manter e fidelizar novos contribuintes, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que estão interessadas em aportar recursos em benefício da assistência social, contribuindo para o desenvolvimento da missão, visão e valores da instituição, que, dentre eles, encontra-se a seriedade e transparência. Considerando esse valor como forma de transparecer suas informações e conseqüentemente aumentar a captação de recursos, este estudo abordou a *disclosure* nas entidades de Terceiro Setor, em que o BJ foi a unidade de análise.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS



A literatura precedente aponta que a prestação de contas é fundamental a toda e qualquer instituição organizacional, independentemente dos setores de atuação e da sua natureza jurídica. Os levantamentos realizados demonstram que a prestação de contas é restrita, pois os tipos de informações econômicas são mais aderentes a Balanço Patrimonial (BP) e Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE), ou seja, não se encontram outros mecanismos de prestação de contas.

Essa dificuldade se tornou ainda maior quando analisadas, em média, 60 instituições de Terceiro Setor no Brasil e no mundo, o qual ficou evidente a falta da prestação de contas analítica, muito menos de natureza simplificada. O levantamento de campo identificou somente demonstrações contábeis sintéticas, como o BP e DRE, em algumas organizações do TS.

Da população de 60 empresas, foram identificadas em apenas três instituições mecanismos interativos de demonstração de suas arrecadações e despesas, das quais em duas dessas organizações as prestações de contas foram semelhantes, porém, não tão detalhadas. Somente na terceira foram evidenciadas as movimentações de recursos com os respectivos documentos comprobatórios mediante arquivos digitais.

Diante dessa evidência, com bases na prestação de contas das 3 empresas analisadas, foram identificadas informações mais aderentes aos estudos anteriores sobre *disclosure* e a prestação de contas. Em seguida, as questões de pesquisa foram elaboradas para coleta dos dados, base para criação de um mecanismo de transparência das informações financeiras à sociedade.

Na primeira entrevista realizada com o Assistente Social – Entrevistado 1 (E1)- e o responsável pelo setor de projetos – Entrevistado 2 (E2) - no dia 16/05/2019, foi possível compreender que a instituição, apesar de manter uma escola em suas dependências, legalmente atua na área de assistência social, a qual, segundo o E1, é impossível separar a educação da assistência visto que a educação age como instrumento de inclusão social e que, de antemão, a educação forma pessoas instruídas profissionalmente quanto pessoalmente.

Embora o Bairro possua uma escola, esta é de responsabilidade do município, para o qual a instituição cede as acomodações e educadores, mas o município é quem financia com parte das eventuais despesas cabíveis, não sendo esses valores contabilizados pelo BJ e, sim, pelo Município conforme mencionado em pesquisas ao BJ (BUSARELLO; WATANABE, 2017).

Como meio de promover a inclusão social, o BJ disponibiliza às crianças que estudam na escola um contra turno com várias atividades totalmente gratuitas, que se torna possível por meio das doações recebidas.

Segundo o Gerente Administrativo e Financeiro – Entrevistado 3 (E3) -, em entrevista no dia 22/05/2019, percebermos que o Bairro da Juventude se subsidia de aproximadamente 30 formas de diversificação na arrecadação das receitas, as quais, são compostas por doações de pessoas físicas e jurídicas, editais e Leis de incentivo, as quais estas mencionadas por último correspondem a cerca de 20 a 25% da arrecadação total.

O Bairro não atua com ações de pedágio e seus recebimentos do Estado são estritamente ligados às Leis de incentivo Fiscal como o FIA – Fundo especial para Infância e Adolescência, Lei Rouanet que incentiva a cultura e a Lei 11.438/2006 de incentivo ao Esporte, que são recebidas em fases após a captação do valor estipulado.

Para esses recebimentos oriundos das Leis de incentivo, este passa por uma prestação de contas estabelecida pelo edital sendo necessário informar relatório de



captação com montantes arrecadados, relatório de execução com as ações desenvolvidas e projetadas, além da parte financeira e contábil.

Com relação às doações sem destinações prévias, ou desígnios, segundo o E2 eles são destinados exclusivamente à manutenção da instituição ou produtos emergenciais como medicamentos.

Dentre as arrecadações, os editais vêm ganhando representatividade, visto que por meio deles, empresas interessadas nas questões sociais, doam valores determinados a uma das três áreas de atuação do Terceiro Setor - assistência social, educação e saúde, para os quais, há uma avaliação na oportunidade de recebimento.

Para cuidar dessa nova fonte de recursos, o Bairro instaurou recentemente o novo setor de Projetos, tendo como responsável o E2, que explicou sobre sua função e setor como forma de melhor compreensão dos fins arrecadatários do bairro, contando como um ponto positivo quando analisado a proposição desse estudo.

Por intermédio dessa entrevista, foi possível compreender o objetivo do setor que se resume em analisar os editais que as empresas abrem para doação de valores destinados às causas sociais, analisando se o BJ se enquadra na situação solicitada e, caso sim, um documento é redigido mencionando a importância do valor para o BJ, de que forma ele irá investir (exemplo: cadeira, mesa, merenda) de maneira que a empresa compreenda e libere o valor.

Além do citado, caso a empresa seja contemplada pelos editais, após o término do projeto, esse setor realiza a prestação de contas conforme o estabelecido pelos editais, e, em sua maioria, caso não exigem, este é realizado de forma técnica descrevendo as ações documentais e se apropriando de fotos comprobatórias.

Além disso, segundo E2, o Bairro disponibiliza a todo e qualquer cidadão interessado os arquivos de prestação de contas para análise, contendo as informações contábeis e financeiras, bem como outros documentos solicitados, desde que compareça à instituição e tenha uma finalidade sólida para análise dos documentos que ficam guardados por tempos.

Com o intento de identificar as arrecadações e prestações de contas que o Bairro realiza, segundo E3, este possui um plano de contas que segrega as arrecadações e despesas seguindo o padrão do plano de contas das demais organizações, o qual não foi disponibilizado para análise.

Sobre cada conta, além das receitas, são demonstradas as despesas, que também são agregadas aos relatórios de prestação de contas e possuem políticas disciplinadas como a licitação feita com no mínimo três empresas para compra dos materiais, descartando esse requisito, caso a compra seja emergencial.

Vale ressaltar que conforme mencionado pelo E3, cada receita ou despesa é contabilizada em uma conta contábil e bancária específica, sendo comprovados por meio de notas fiscais e extratos bancários.

Sabendo dessas informações com relação a cada conta bancária ser específica aos projetos bem como as contas e as formas de arrecadação, foi possível elencar as informações necessárias para compor a proposição de prestação de contas, detalhando por contas e valores legíveis aos cidadãos.

Por meio das análises, vale ressaltar que foram extraídas informações relevantes à proposição da prestação de contas, visto que a visita e o estudo da instituição permitiram conceber um caminho de escolha para prestação de contas externas ao público, por meio do seu site.

Além dos itens mencionados, é notório o avanço do Bairro da Juventude em querer demonstrar à sociedade seus valores, a fim de tornar esses elementos pontos-

chave para maior captação de recursos, que tem como exemplo o setor de Captação e prestação de contas, que se torna um passo relevante à proposição desse projeto.

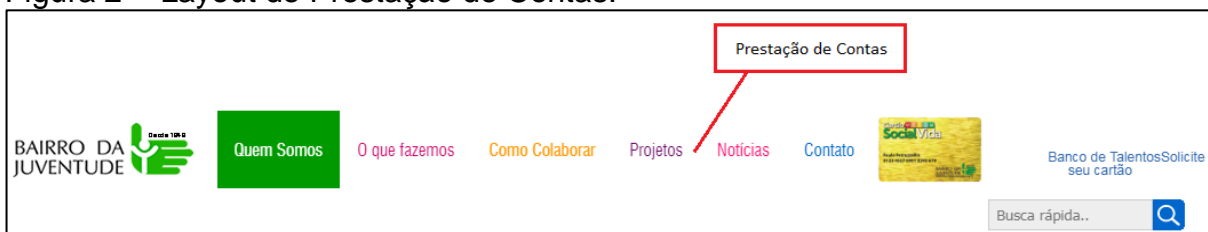
4.3 PROPOSIÇÃO DO ESTUDO

O BJ é uma instituição de natureza privada com finalidade pública e por esta razão, o mesmo deve focar na captação de recursos, seja por parcerias ou editais abertos e administrar da melhor forma os recursos para atender em maior número as crianças e jovens (BUSARELLO; WATANABE (2017).

Diante do pressuposto na afirmação acima e perante os dados coletados e analisados, foi elaborada uma prestação de contas específica às informações do BJ, a qual é detalhada em grau analítico em uma figura e expostos seus itens em grau mais detalhado.

A proposição foi planejada para que o Bairro da Juventude utilizasse do seu site como dispositivo de transparecer as informações, tendo com um ícone a “Prestação de Contas”, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Layout de Prestação de Contas.



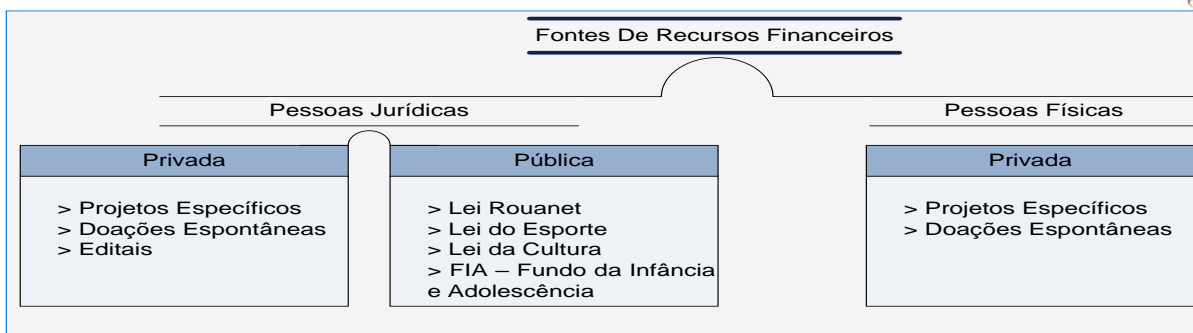
Fonte: elaborado pela autora (2019).

Ao acessar esse menu, será possível visualizar a prestação de contas do Bairro da Juventude, detalhando por mês e ano a busca, com a possibilidade de ser analisado por mês, ou em períodos acumulados, ou no geral compreendendo até 12 meses, conforme o layout dos ícones demonstrados na Figura 2.

A prestação de contas é compreendida pelas receitas conforme sua origem de recursos e pelos desembolsos operacionais e administrativos. Conforme o quadro 5, a proposta de prestação de contas está segmentada em dois tipos de receitas. Ao abrir o ícone das fontes de recursos, estas serão divididas em Receitas oriundas de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas.

As receitas de Pessoas Jurídicas serão desdobradas em Privadas e Públicas, conforme dispõe a Figura 3:

Figura 3 – Detalhamento por Fontes de Recursos Financeiros



Fonte: elaborado pela autora (2019).

As pessoas de direito jurídico privado são caracterizadas por empresas que possuem como finalidade o lucro, cuja destinação é para um projeto específico ou para uma doação sem determinada finalidade. Além disso, os recursos podem ser originados por meio de editais, tipificados como fonte de recursos, os quais possuem destinação estipulada para fins sociais.

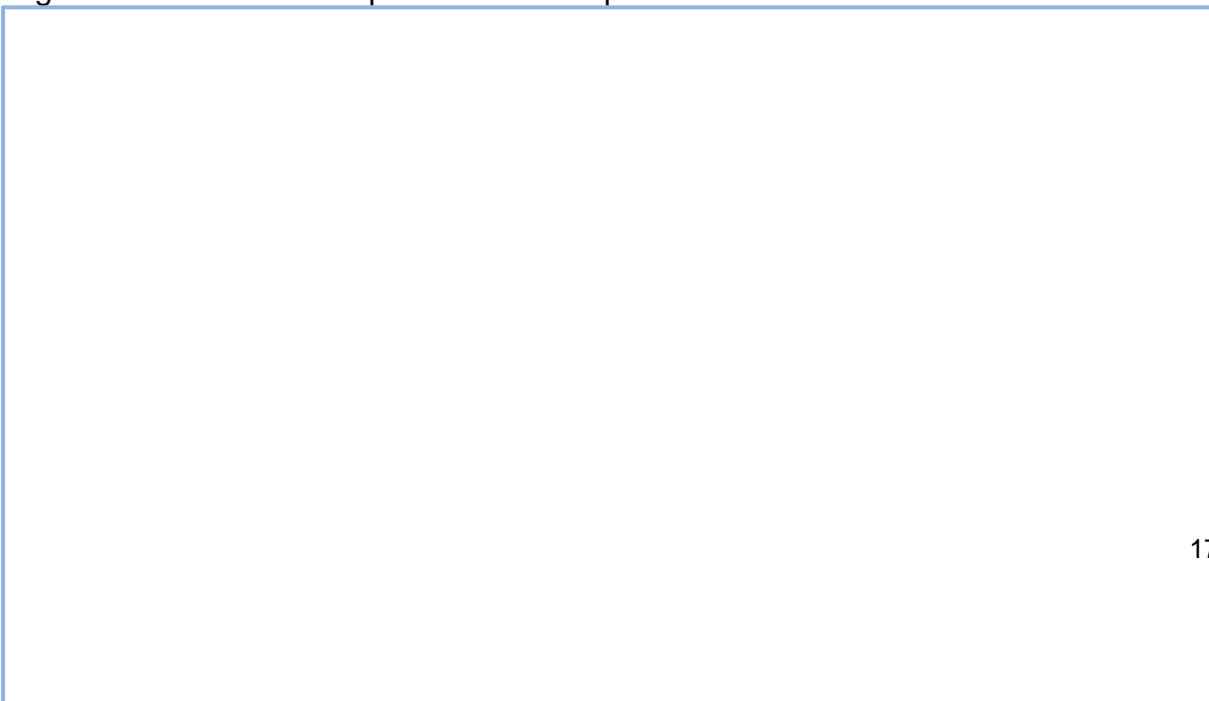
Outro subitem dentro da receita é o recurso proveniente de pessoas jurídicas de natureza pública em que se enquadram a União, os Estados-membros e os Municípios. As receitas desse grupo são exclusivamente resultantes das Leis de Incentivo que podem ser caracterizadas como a Lei Rouanet, Lei do Esporte, Lei da Cultura e o FIA – Fundo Especial para Infância e Adolescência. Este último passa por um período de captação e conscientização antes do efetivo recebimento do Estado.

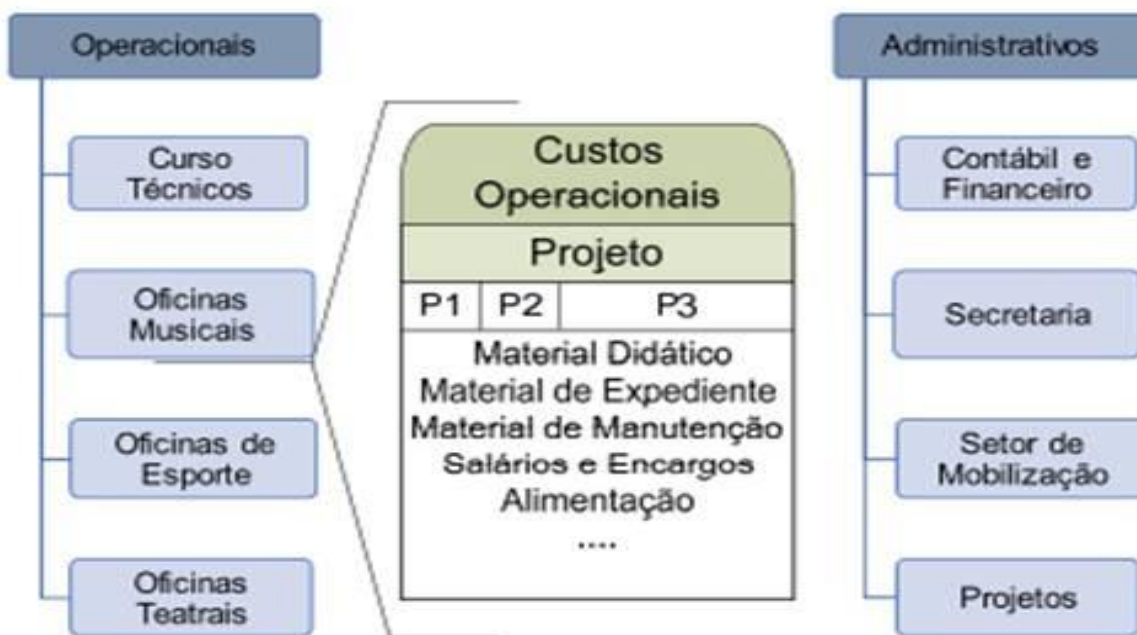
Outro grupo proposto foi nominado como receita derivada de Pessoas Físicas, sendo segregados em Projetos específicos, como o “Débito em Crédito” que é caracterizado por uma ação que visa a arrecadação de recursos, mediante a contribuição espontânea do doador, por meio do desconto em folha de pagamento.

Em síntese, os itens que compõem a estrutura da figura 2 compreendem todos os recebimentos que advêm de recursos de pessoas físicas e jurídicas a serem aplicados no sentido de suportar as demandas internas por recursos.

Ao selecionar as Despesas e Custos, estes serão divididos em Operacionais como sendo os gastos ligados estritamente ao funcionamento das atividades filantrópicas do BJ e as despesas Administrativas. A Figura 4 demonstra o grau de detalhamento a cada conta mencionada:

Figura 4 – Detalhamento por custos e despesas





Fonte: elaborado pela autora (2019).

Conforme figura 4, os itens são subdivididos em Cursos Técnicos, Oficinas Musicais, Oficina de Esportes e Teatrais. Na figura 4, foi exposto os custos operacionais por projetos, sendo classificados em “P1”, “P2” e “P3” representando cada projeto, seja na área dos cursos técnicos ou das oficinas. Ao selecionar uma das chamadas “Oficinas” ou “Cursos”, será aberta uma relação de atividades referente à opção selecionada.

Ao seletar o Curso de Mecânica, será possível listar os custos em grau mais analítico separados pelas seguintes contas específicas: a) Material Didático, b) Material de expediente, c) Material para Manutenção, d) Salários e Encargos e e) Alimentação.

Dessa mesma maneira, como o Bairro da Juventude dispõe das atividades Operacionais, há também as despesas Administrativas, aquelas que são essenciais ao funcionamento da instituição, atuando como intermediadoras entre o recebimento e as atividades.

As despesas Administrativas serão detalhadas pelos setores da instituição, sendo composto pelos setores Contábil, Financeiro, Secretaria, Recursos Humanos, Recepção, Setor de Mobilização, Projetos dentre outros que dão suporte às atividades operacionais.

Da mesma maneira que as operacionais, os setores serão caracterizados por unidades de custos contendo os gastos realizados no período para atuação e promoção das ações sociais.

Levando em consideração a estrutura do Bairro da Juventude, seus recebimentos e gastos, foi montada a proposta de prestação de contas em forma de fluxograma, que se encontra no apêndice desse trabalho e que foi explicado sucintamente nesta seção, visando em um primeiro momento demonstrar as informações pertinentes de maneira centralizada por centro de custos.



Com o modelo proposto, apresenta-se como objetivo aprimorá-lo, estendendo esse layout ao site da instituição, a fim de alimentar as informações detalhando seus exercícios de forma simplificada e tempestiva a todo e qualquer interessado nesse dado, fazendo do BJ a pioneira na prestação de contas à sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boas práticas da governança organizacional são firmadas sobre os seus princípios e valores que norteiam qualquer instituição. A transparência, prestação de contas e equidade se revelam fontes de benefícios às organizações, sejam internos ou externos. Uma vez adotada a sistematização de governança em instituições sociais pode propiciar melhor visibilidade, confiabilidade e facilidade na captação de recursos, baseada na adoção de princípios e valores assecuratório de equilíbrio na gestão de conflitos e na tomada de decisões.

Vê-se, a governança vem ganhando relevância não somente nas empresas que visam o lucro, mas também nas organizações de terceiro setor que aspiram aumentar o valor das ações sociais mediante a novas captações de recursos, bem como a transparência nas ações. Como a ineficiência governamental vem assumindo um cenário crescente, o terceiro setor surge de maneira significativa na atuação da prestação de serviços eminentemente públicos como modo de preencher as lacunas deixadas pelo primeiro setor.

Em estudos, as organizações no Brasil e no mundo acerca dessas instituições, é perceptível a precaridade em transparecer à sociedade as questões financeiras, de modo que, os dados contábeis sejam compilados a uma estrutura simplificada. Com base nesses pressupostos, como forma de ampliar o número de beneficiados pelo TS e o fluxo de informações a respeito de suas contas, foi elaborada uma proposição de prestação de contas sustentada em princípios da Governança aplicados a uma instituição filantrópica de Criciúma.

A estrutura propositiva foi elaborada com o objetivo de, além de transparecer as informações a sociedade, atrair recursos financeiros beneficiando maior número de crianças e adolescentes carentes. Tais recursos adicionais, podem ampliar as atividades sociais do Bairro da Juventude e, por sua vez, gerar maior repercussão aos propósitos da instituição.

A análise de 60 instituições do TS promoveu desapontamento em relação ao que se esperava. Pois, não se viu atenção dirigida dessas organizações à práticas geralmente aceitas no âmbito dos princípios de governança. Tal lacuna, dificultou a identificação de parâmetros de outras organizações que pudessem ser manejados e adaptados aos interesses do BJ, no sentido de contribuírem com a presente proposição. Isto posto, este estudo pode contribuir para reflexões dos tomadores de decisão de organizações do terceiro setor. A adoção de princípios e valores da governança, como a prestação de contas e a transparência, além de revelarem boa gestão, proporcionam confiabilidade, ampliando a atratividade de recursos dos quais são fundamentais para a manutenção dessas instituições organizacionais.

Quanto mais sensata e madura for uma sociedade, mais deverá exigir a respeito do *Accountability e Disclosure*, e, dessa maneira, como sugestão futura a este trabalho, estudar e desenvolver um mecanismo de prestação de contas padrão a todas organizações. Como diferencial, atualizar o site com as informações alimentadas no sistema contábil instantaneamente, demonstrando de forma tempestiva os dados.



Portanto, com a implantação da estrutura de prestação de contas ao Bairro da Juventude, será evidente seu destaque frente às demais organizações de terceiro setor na busca pela transparência, comprovando a aplicabilidade da Governança a essas organizações abrindo portas para implantação de outros programas alicerçados à Governança Corporativa e a uma melhor gestão.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa:** fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2014.

BAIRRO DA JUVENTUDE. Quem somos. Disponível em:
<http://www.bairrodajuventude.org.br/>. Acesso em: 05 de Jun. 2019.

BOARD, John; SUTCLIFFE, Charles; WELLS, Stephen. **Transparency and Fragmentation:** Financial Market Regulation in a Dynamic Environment. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002. 303p.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BUSARELLO, Carla Spillere; WATANABE, Melissa. **Ações que mudam o mundo:** casos de empreendimentos sociais. 1 ed. Curitiba:CRV, 2017.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.409 de 27 de setembro de 2012.** Aprova a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000966. Acesso em: 10 out. 2018.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor:** um estudo comparativo entre o Brasil e os Estados Unidos. São Paulo: SENAC, 2000.

CONNORS, Tracy D. **The nonprofit handbook:** management. John Wiley & sons, inc.: Third Editon, 2002.

DESCONCI, Tiago. **Governança corporativa:** uma nova perspectiva na gestão empresarial. 2007. 18 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização do Departamento de Ciências Contábeis, Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em:



https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1527/Desconci_Tiago.pdf?sequence=1.
Acesso em: 10 out. 2018.

FALCONER, Andres Pablo. **A promessa do terceiro setor**: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão. 1999. 23 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, Rubem C. **Privado porém Público**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

FRANÇA, José Antônio de (Coord). **Manual de procedimentos para o terceiro setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC, FBC, Profis, 2015. 223 p.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**. Tradução: James F. Sunderland Cook; revisão técnica: Luiz Carlos Meregé. São Paulo: Makron Books, 1999.

IBGC. Instituto Brasileiro De Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo: IBGC, 2015.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Compliance à luz da Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2017. 56 p. Disponível em: <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/23486/Publicacao-IBGCOrienta-ComplianceSobaLuzDaGC-2017.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997 e 2000.

LODI, João Bosco. **Governança Corporativa**: O Governo da Empresa e o Conselho de Administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades Benéficas de Assistência Social**: contabilidade, obrigações acessórias e principais. Curitiba: Juruá, 2010.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 1, p. 179-216, 2009.

MILANI FILHO, Marco Antônio Figueiredo. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho, 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.



NAJAM, Adil. Understanding the third sector: Revisiting the prince, the merchant, and the citizen. **Nonprofit Management And Leadership**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.203-219, 1996.

NEVES, Alice Santos Veloso. **Entidades da Administração Pública e do Terceiro Setor**. Conteúdo Jurídico, Brasília, DF: 21 fev. 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590357&seo=1>. Acesso em: 10 out. 2018.

NUNES, Andrea. **Terceiro Setor Controle e Fiscalização**. 2.ed. São Paulo: Método, 2006.

OLIVEIRA, Djalma Pinho de Rebouças. **Governança corporativa na prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PREVEDELLO, Mário; GRABNER, Sélia; SILVA, Tânia Moura de. A importância do balanço social para a implantação das políticas de governança corporativa. *In*: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 10, 2005, **Anais** [...] . Bento Gonçalves: CCRS, 2005.

SANTOS, Luciana Braga dos; DUQUE, Andréa Paula Osório; ALVES, Francisco José dos Santos. **Governança Corporativa no Terceiro Setor: Um estudo à luz da transparência**. *In*: CONGRESSO ONLINE DE ADMINISTRAÇÃO, 8, 2016. [s.l.]. p. 1-18. 2016. Disponível em: http://www.convibra.com.br/upload/paper/2016/40/2016_40_13181.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas: Guia prático de orientações para acionistas e Conselho de Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas: Guia prático de orientações para acionistas, investidores, conselheiros de administração e fiscal, auditores, executivos, gestores, analistas de mercado e pesquisadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia Administração e Contabilidade, São Paulo, 2002.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: Um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.p.u, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. Tradução: Daniel Grassi.

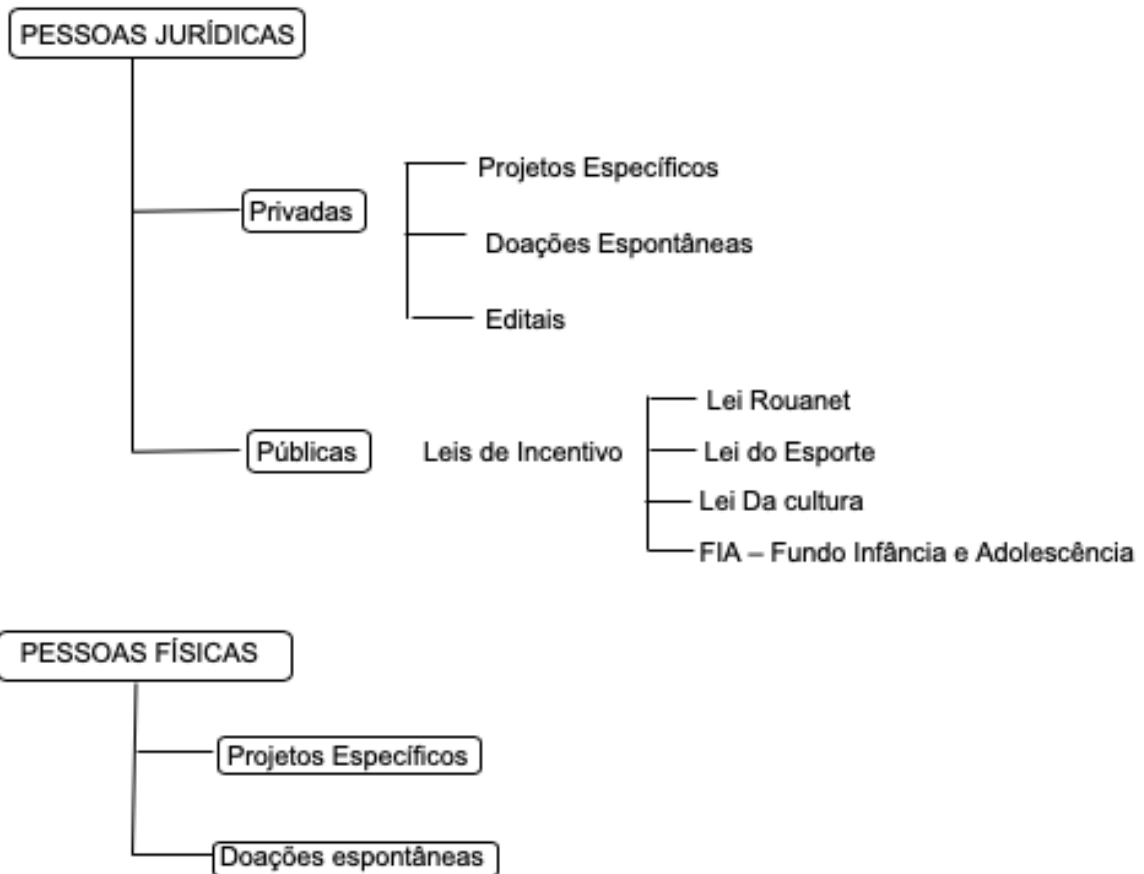
APÊNDICE

APÊNDICE A – Prestação de contas



RECEITAS

FONTES DE RECURSOS



DESPESAS E CUSTOS

